

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E CONTAS
2019**

Lisboa, 11 de Março de 2024

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
 - 1.1. Aspetos gerais
 - 1.2. Caraterização técnica, legislativa e regulamentar
 - 1.2.1. Caraterização técnica do Ano
 - 1.2.2. Legislação e Regulamentação
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
 - 2.1. Relações com EURELECTRIC
 - 2.1.1. Representação de Portugal
 - 2.1.2. Atualização da Equipa Presidencial
 - 2.1.3. Atualização do Modelo de Financiamento
 - 2.1.4. Comitês de Estudo, Grupos de Trabalho e Projetos especiais
 - 2.1.5. Reuniões EURELECTRIC com Associações Nacionais
 - 2.1.6. Convenção Anual
 - 2.2. ERSE. Conselho Consultivo
 - 2.3. CAM – Comité de Agentes de Mercado
3. EVENTOS
 - 3.1. Encontro ELECPOR
 - 3.2. Participação em Eventos Externos
 - 3.2.1. Seminário “O Mercado Elétrico Europeu 2030”
4. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
 - 4.1. Página Internet
5. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS
6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
7. RECURSOS HUMANOS
8. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
9. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS
10. NOTA FINAL

*Anexo I: BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E ANEXO AO BALANÇO E
Á DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS*

Anexo II: RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. INTRODUÇÃO

1.1 ASPETOS GERAIS

Durante 2019 a ELECPOR manteve a sua atividade de reflexão e de interação com as empresas do setor, além de uma representação ativa nas Comissões, Grupos de Trabalho e “Task Forces” da EURELECTRIC. Neste âmbito, esteve igualmente envolvida no estudo “Distributional effects of Climate Policies”. Continuou a promover e intervir em eventos públicos de discussão de temas relacionados com os interesses dos Associados. Garantiu o acesso, na sua página internet, aos documentos mais importantes relativos ao setor elétrico.

1.2 CARATERIZAÇÃO TÉCNICA, LEGISLATIVA E REGULAMENTAR

1.2.1 Caraterização técnica do ano

Em 2019, o consumo de energia elétrica abastecido a partir da rede pública totalizou 50,3 TWh, ou seja, um decréscimo, face ao ano anterior, de -1,1% (ou de -0,2% com correção dos efeitos de temperatura e número de dias úteis).

A produção renovável abasteceu 51% do consumo, isto é, 25,8 TWh (incluindo o saldo exportador). As condições mais favoráveis de hidraulicidade permitiram aumentar a produção hidráulica que abasteceu 16,9% do consumo. A produção eólica foi sensivelmente superior à de 2018 e cobriu 26,5% do consumo.

Na produção não renovável o carvão forneceu 5 087 GWh (10% do consumo) e o gás natural (ciclo combinado e cogeração) 31,7%. Nas trocas com o estrangeiro Portugal importou 7,0 TWh de eletricidade e exportou 3,6 TWh resultando num saldo importador de 3,4 TWh.

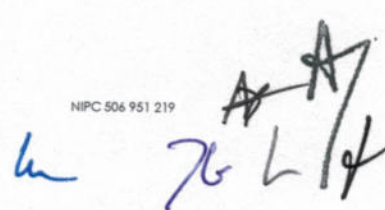
1.2.2 Legislação e Regulamentação

Desenvolvimentos em Portugal

Em 2019 foram publicados em Diário da República o “Roteiro para a Neutralidade Carbónica – RNC 2050” onde se concluiu que é na década 2021-2030 que se devem concentrar os maiores esforços de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) sendo esta a década essencial para o alinhamento da economia nacional com uma trajetória de neutralidade carbónica, assim, em articulação com os objetivos do RNC2050, foram estabelecidas metas ambiciosas, mas exequíveis, para o horizonte 2030, as quais se encontram vertidas no “Plano Nacional Integrado de Energia e Clima 2021-2030”, submetido à Comissão Europeia em Dezembro, que se constitui como o principal instrumento de política energética e climática nacional para a década 2021-2030 rumo a um futuro neutro em carbono.

Política Energética Europeia

Tendo como prioridade a crise climática e de forma a consolidar a liderança no combate às alterações climáticas, a União Europeia marcou a sua posição de líder mundial no domínio do clima. Introduziu legislação para cumprir e até para ir mais além dos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris, e adotou uma estratégia de longo prazo para que a



Europa se torne no primeiro continente sem impacto no clima até 2050, para isso a nova Comissão Europeia, que tomou posse em Novembro, apresentou em Dezembro o lançamento do Pacto Ecológico Europeu, o qual representa um avanço decisivo para concretizar este objetivo ambicioso. Entre outras ações o plano inclui o objetivo de publicar uma Lei Europeia do Clima que firme o compromisso de atingir a neutralidade climática, o estabelecimento de um plano para aumentar a ambição dos objetivos da União Europeia para 2030, a revisão de várias peças legislativas (como a Diretiva de Energias Renováveis, a Diretiva de Tributação da Energia e o mecanismo de licenças de emissões, entre outros), e o desenvolvimento de várias estratégias industriais. A revisão dos objetivos para 2030 terá em conta os Planos Nacionais de Energia e Clima submetidos pelos vários Estados Membros, bem como possíveis revisões que possam ser necessárias para alinhar as trajetórias de descarbonização com o objetivo da neutralidade carbónica. Para atingir os objetivos em vigor do Pacote Clima-Energia para 2030, a Comissão Europeia estima que sejam necessários 260 mil milhões de euros adicionais de investimento anual, comparativamente a um cenário sem estes objetivos climáticos, o que equivale a cerca de 1,5% do PIB Europeu de 2018. Para apoiar estas e adicionais necessidades de financiamento para colocar a União Europeia na trajetória da neutralidade climática, a Comissão Europeia irá apresentar no início de 2020 o “Plano de Investimento para uma Europa Sustentável” assim como a “Estratégia de Financiamento Verde”, este como apoio ao setor privado para financiamento da transição climática. Reconhecendo que a transição climática é um desígnio de toda a sociedade, mas que existem disparidades entre regiões e estados membros, a Comissão Europeia irá criar um Mecanismo de Transição Justa, o qual irá apoiar regiões com alta intensidade carbónica, bem como cidadãos mais vulneráveis às alterações climáticas, criando programas de desenvolvimento de novas competências e oportunidades de emprego em novos setores económicos.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 Relações com a EURELECTRIC

2.1.1 Representação de Portugal

O Presidente do Conselho Diretivo e o Diretor Geral mantiveram-se nos cargos de representantes efetivo e substituto de Portugal no Conselho de Administração da EURELECTRIC.

2.1.2 Atualização da Equipa Presidencial

A nova equipa presidencial da EURELECTRIC, constituída por Magnus Hall, Presidente, Pat O’Doherty, Primeiro Vice-Presidente, e Léo Birnbaum, como Segundo Vice-Presidente, assumiu funções em Maio, tendo como objetivo principal atingir a neutralidade carbónica na Europa até 2050, apresentando para isso três prioridades a) aproveitar a oportunidade da eletrificação como um fator-chave, b) impulsionar a descarbonização do sistema elétrico, c) fazer isso de forma justa e transparente.

2.1.3 Atualização do modelo de Financiamento

Na sequência da previsão de um aumento anual de 3% no orçamento da EURELECTRIC, foram apresentadas três propostas para colmatar o eventual défice do orçamento, nomeadamente a) Criação de uma estrutura híbrida por inclusão de empresas individuais a par das Associações Nacionais, b) Valor das quotas indexado ao valor oficial da inflação na Bélgica, c) contribuições diretas de empresas. A ELECPOR formalizou o seu acordo à proposta de indexar o valor das quotas ao valor oficial da inflação na Bélgica rejeitando as restantes duas propostas.

2.1.4 Comitês de Estudo, Grupos de Trabalho e Projectos especiais

A ELECPOR, como representante de Portugal na EURELECTRIC, manteve o seu envolvimento nas atividades das novas Comissões de Estudo, Grupos de Trabalho e “Task Forces” da EURELECTRIC. Para o efeito, foi sendo revista, ao longo do ano, a participação portuguesa, procedendo-se às alterações justificadas, devidas sobretudo à revisão profunda de toda a estrutura técnica. Garantiu-se a representação na totalidade das novas Comissões de Estudo e Grupos de Trabalho. Estiveram envolvidos nessas atividades mais de 50 Dirigentes e Técnicos pertencentes aos Associados da ELECPOR.

2.1.5 Reuniões EURELECTRIC com Associações Nacionais

No âmbito da alteração ao modelo de financiamento da EURELECTRIC foram realizadas reuniões com as Associações Nacionais, em Setembro e Outubro, para análise das consequências, para cada país, de uma alteração da posição da EURELECTRIC relativamente à inclusão do IVA da Bélgica no valor das quotas. Nestas reuniões a ELECPOR fez-se representar pelo Diretor Geral, rejeitando esta alteração devido ao impacto que o acréscimo do IVA belga teria no valor da quota anual da Associação, uma vez que em Portugal as quotas estão isentas de IVA.

2.1.6 Convenção Anual

A Convenção anual da EURELECTRIC teve lugar em Florença, na Itália, a 20 e 21 de Maio, subordinada ao tema “*New leadership*” e com a presença de mais de 300 delegados.

Na mesma data e local, realizou-se a Assembleia Geral anual da EURELECTRIC e uma reunião do Board. Em ambas a ELECPOR esteve representada pelo seu Diretor Geral.

2.2 ERSE. CONSELHO CONSULTIVO

No Conselho Consultivo da ERSE (Eletricidade), as entidades titulares de licenças de produção de energia elétrica estão representadas pela ELECPOR através do seu Diretor Geral, com mandato renovado para o próximo triénio. Em 2019, além da discussão de vários temas submetidos ao Conselho, o representante da ELECPOR participou na análise e discussão das seguintes Consultas Públicas:

- Consulta Pública n.º 70 – Regulamentação das Redes Inteligentes de eletricidade.
- Consulta Pública n.º 72 – Parâmetros das condições de ligação à rede elétrica.
- Consulta Pública n.º 74 – Plano de Desenvolvimento e Investimento na Rede de Distribuição de Eletricidade para o período 2019-2023 (PDIRD-E 2018)

2.3 CAM – Comité de Agentes de Mercado

Na sequência de renovação de mandato dos representantes do Comité de Agentes de Mercado (CAM) a ELECPOR nomeou como seu representante o Eng.º Berto Martins.

3. EVENTOS

3.1 Encontro ELECPOR

O Encontro anual da ELECPOR teve lugar a 8 de Novembro, em Lisboa, no Hotel Intercontinental, tendo como tema “Efeitos Distributivos das Ações de Descarbonização – Possíveis Medidas de Correção”. As apresentações estiveram a cargo de Georg Zachmann (Senior Fellow, Bruegel Think Tank) com o título “*Distributional effects of climate policies*” e de Xavier Labandeira (Catedrático de Economia, Universidade de Vigo) com o título “*Transição para a descarbonização e impostos energético-ambientais*”.

Seguiu-se um Debate moderado pelo Director Geral da ELECPOR em que participaram, além dos dois conferencistas, Pedro Verdelho (Vogal Conselho Administração, ERSE), Júlia Seixas (Professora Departamento Ciências e Engenharia do Ambiente FCT UNL), Paulo M. Lopes (Diretor Rel. Institucionais e Stakeholders, EDP), João Martins Carvalho (Vogal Conselho Administração, EDP Distribuição).

A introdução ao Encontro esteve a cargo de João Manso Neto, Presidente da ELECPOR e o encerramento foi feito pelo Secretário de Estado Adjunto e da Energia, João Galamba.

3.2 Participação em Eventos Externos

Além da participação na Conferência anual da EURELECTRIC, destacam-se as seguintes participações em eventos externos.

3.2.1 Seminário “Mercado Eléctrico Europeu 2030”

A ELECPOR esteve representada pelo seu Director Geral no seminário sobre o “Mercado Eléctrico Europeu 2030” organizado pelo OMI no Porto, em Julho.

4. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

4.1. Página Internet

Continuou a disponibilizar-se na página da internet a informação mais relevante relativa a legislação, regulamentos, documentos da EURELECTRIC e eventos. Quando justificado, os documentos do EURELECTRIC foram directamente reencaminhados para os membros do Conselho Diretivo.

5. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Não se registou aquisição de quaisquer novos equipamentos nem se verificaram alterações nas instalações.

6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Mantiveram-se os prestadores de serviços do ano anterior.

7. RECURSOS HUMANOS

Em 2019 não se registaram alterações no pessoal permanente da Associação.

8. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No Anexo I apresentam-se o Balanço e a Demonstração dos Resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Da Demonstração de Resultados verifica-se que:

Proveitos e Ganhos	320.000,00 €
Custos e Perdas	319.015,70 €
Resultados Líquidos	984,30 €

Os proveitos são exclusivamente as quotas dos Associados (320.000 €). Os custos do exercício, líquidos de amortizações, cifraram-se em 319.015,70 €, superiores ao valor orçamentado de 318.419 €.

As quotizações para 2019 foram estabelecidas antecipando um resultado muito ligeiramente negativo (-194 €), mas largamente coberto pelos resultados positivos transitados de 2018 (31.300 €). O custo total do Encontro ELECPOR cifrou-se em 31.600 €, superior aos 30.000 € orçamentados, a diferença deve-se ao custo com as viagens e alojamento dos oradores.

O Conselho Diretivo propõe que o resultado apurado transite para o ano seguinte sob a forma de resultados transitados.

9. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS

Mantiveram-se sem alteração os membros dos Órgãos Associativos eleitos para o biénio 2019-2020.

10. NOTA FINAL

O Conselho Diretivo expressa o seu reconhecimento a todos os Associados que, em maior ou menor grau consoante os respectivos recursos e os temas em causa, disponibilizaram os seus técnicos para apoio e colaboração direta nas iniciativas e participações da Associação.

Lisboa, 11 de Março de 2024

O Conselho Diretivo

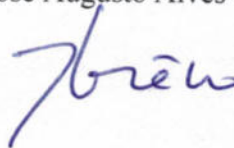
Presidente:

EDP Energias de Portugal, S.A.
Ana Paula Garrido de Pina Marques



Vice-Presidente:

Turbogás
José Augusto Alves Coelho Grácio

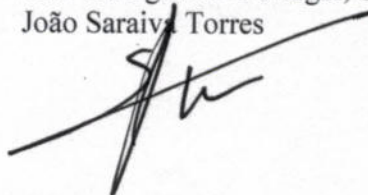


Vogais:

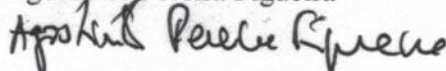
EDA – Electricidade dos Açores
Francisco Manuel Sousa Botelho



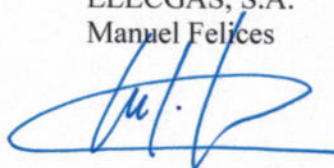
EDP Energias de Portugal, S.A.
João Saraiva Torres



EEM – Electricidade da Madeira, S.A.
Agostinho Pereira Figueira



ELECGAS, S.A.
Manuel Felices



Balanço em 31 de Dezembro de 2019

(em euros)

Rubrica	Notas	2019	2018
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	4	4 850,52	6 382,20
Ativos intangíveis			
Total ativo não corrente		4 850,52	6 382,20
<i>Ativo corrente</i>			
Estado e outros entes públicos	8.1		
Diferimentos	8.2	2 529,79	2 340,28
Outros ativos correntes	6.1	4 000,00	4 000,00
Caixa e depósitos bancários	6.2/8.4	14 253,85	331 271,86
Total ativo corrente		20 783,64	337 612,14
Total ativo		25 634,16	343 994,34
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<i>Fundos Patrimoniais</i>			
Resultados transitados	8.5	15 757,70	30 668,16
Resultado líquido do período	8.5	984,30	(14 910,46)
Total fundos patrimoniais		16 742,00	15 757,70
<i>Passivo</i>			
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores		(0,11)	(0,11)
Estado e outros entes públicos	8.1	3 487,13	3 426,43
Diferimentos	8.2	0,00	320 000,00
Outros passivos correntes	6.1	5 405,14	4 810,32
Total passivo corrente		8 892,16	328 236,64
Total passivo		8 892,16	328 236,64
Total fundos patrimoniais e passivo		25 634,16	343 994,34

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

Ana Paula Morgado
 Luísa
 Afonso P. Pereira Figueira
 João
 J. L.

Elisabete Sampaio Ribeiro Ferreira
 Henriques Soares Pacheco

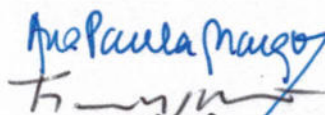
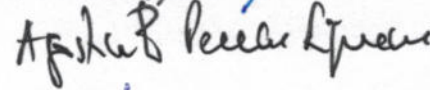
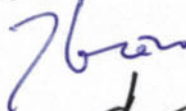
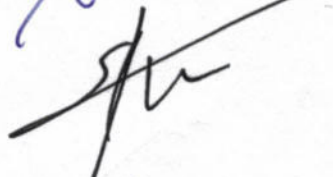

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2019

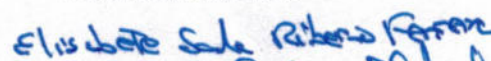

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	5	320 000,00	300 000,00
Fornecimentos e serviços externos	8.6	(165 496,73)	(162 517,41)
Gastos com o pessoal	7.2	(35 102,94)	(35 036,67)
Outros rendimentos		0,05	
Outros gastos	8.3	(116 884,40)	(116 079,98)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		2 515,98	(13 634,06)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	(1 531,68)	(1 276,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		984,30	(14 910,46)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos	8.5	984,30	(14 910,46)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	8.5	984,30	(14 910,46)

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

Fluxos de caixa de 1 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

(em euros)

Rubrica	Notas	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(317 018,11)	300 269,89
Recebimentos de clientes e utentes			620 000,00
Pagamentos a fornecedores		(277 390,50)	(284 506,71)
Pagamentos ao pessoal		(33 787,90)	(34 270,90)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(12,72)
Outros recebimentos/pagamentos		(5 839,71)	(939,78)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(317 018,11)	300 269,89
Fluxos de caixa das atividades de investimento			(7 658,60)
Pagamentos respeitantes a:			(7 658,60)
Ativos fixos tangíveis			(7 658,60)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			(7 658,60)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Varição de caixa e seus equivalentes	8.4	(317 018,11)	292 611,29
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.2/8.4	331 271,86	38 660,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.2/8.4	14 253,85	331 271,86

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

Ana Paula Marques
Apóstola Pereira Ribeiro

Elisabete da Ribeira Ferra
Hernandes Soares de Azevedo

José
[Signature]
[Signature]

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS EMPRESAS DO SECTOR
ELECTRICO - ELECPOR**

ANO: 2019

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Designação da entidade
 - 1.2 Sede Social
 - 1.3 Natureza da actividade
 - 1.4 NCRF-ESNL Entidades Sector Não Lucrativo
 - 1.5 Unidades euro

- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
 - 2.2 Justificação disposições do SNC-ESNL
 - 2.3 Indicação e comentário das contas de balanço e demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

- 3 - Principais políticas contabilísticas**
 - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
 - 3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas
 - 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

- 4 - Activos fixos tangíveis**

- 5 - Rédito**

- 6 - Instrumentos financeiros**
 - 6.1 Fornecedores, membros, outras contas a receber e a pagar e pessoal
 - 6.2 Caixa e depósitos bancários

- 7 - Benefícios dos empregados**
 - 7.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas
 - 7.2 Gastos com o pessoal

- 8 - Outras informações**
 - 8.1 Estado e outros entes públicos
 - 8.2 Diferimentos
 - 8.3 Outros gastos e perdas
 - 8.4 Fluxos de Caixa
 - 8.4.1 Análise da variação de caixa e em depósitos bancários
 - 8.5 Fundos patrimoniais
 - 8.6 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
 - 8.7 Acontecimentos após a data do balanço

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

[Handwritten signature]

[Handwritten initials: 76, X, L, A]

Notas às Demonstrações Financeiras

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

1 - Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS EMPRESAS DO SECTOR ELÉCTRICO – ELECPOR

1.2 - Sede social: Avenida 24 Julho, 12 – 1249-300 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade:

A Associação tem por fins promover, representar e defender os interesses comuns dos seus Associados, actuando como instrumento da sua participação na elaboração e discussão das políticas, orientações e regulamentação do sector eléctrico e como interlocutor relativamente aos órgãos de decisão e regulação económica e social, bem como a quaisquer organismos ou grupos sociais organizados.

A Associação deve contribuir para que o exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica por parte dos seus Associados se coadune com as exigências do desenvolvimento económico e social e do bem-estar da população e se processe em termos adequados às necessidades dos consumidores e à preservação do ambiente.

1.4 - Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspecto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5 - Sempre que não exista outra referência aos montantes estes encontram-se expressos euros.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Aviso 8258/2015, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 146, de 29 de Julho de 2015

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho - SNC;
- Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho – Modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho – Código de contas;
- Aviso nº 8258/2015, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 146, de 29 de Julho de 2015 – NCRF-ESNL.

2.2 – Indicação de justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogados e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2018.

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilístico da ELECPOR de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data de início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos, em sistema de duodécimos.

A vida útil e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados por naturezas.

A taxa de depreciação utilizada para as obras do escritório, registadas na rubrica "Edifícios e outras construções", corresponde ao período de vigência do contrato de arrendamento: 5 anos.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benefícios ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou do abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registado na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

IMPARIDADE DE ACTIVOS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

RENDIMENTO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

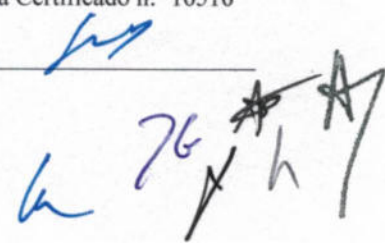
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Para finalidade deste capítulo o termo "imposto sobre o rendimento" inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis, incluindo as tributações autónomas, que sejam devidos em qualquer jurisdição fiscal.

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '76' and several stylized marks.

Reconhecimento e mensuração

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um activo.

Os passivos (activos) por impostos sobre o rendimento de períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transacções correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período devem ser contabilizadas como um gasto a afectar os resultados do período.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Membros e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos membros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de "outros terceiros" encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de membros ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas de terceiros

As contas de fornecedores e terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o método do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outros activos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

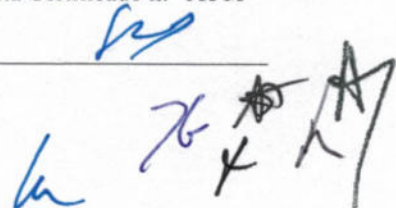
Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Directivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada na contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, vence-se a 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516



3.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da ELECPOR.

4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo histórico, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
- c) As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.
- d) Durante os exercícios findos em 2019 e em 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

RUBRICAS	PERIODOS	
	2019	2018
Activos fixos tangíveis	18.259,64	55.077,17
Edifícios e outras construções	7.658,60	7.658,60
Equipamento básico	10.600,94	47.418,57
Depreciações acumuladas	(13.409,02)	(48.694,97)
Total	4.850,52	6.382,20
Gastos	1.531,68	1.276,40
Activos fixos tangíveis	1.531,68	1.276,40
Total	1.531,68	1.276,40

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Outras divulgações

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	7.658,60	Quotas Constantes	5	20
Equipamento básico	10.600,94	Quotas Constantes	5-8	12,5 - 20

5 - RÉDITO

Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período

Descrição	2019	2018
Prestação de serviços		
Quotizações	320.000,00	300.000,00
Prestação de serviços	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		
Arredondamentos	0,00	0,00
Juros		
Juros de depósitos bancários	0,00	0,00
Total	320.000,00	300.000,00

6 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

6.1 Fornecedores, membros, outras contas a receber e a pagar e pessoal

RUBRICAS	PERIODOS	
	2019	2018
Activos		
Outros devedores	4.000,11	4.000,00
Total do activo	4.000,11	4.000,00
Passivos		
Outras contas a pagar:		
Remunerações a liquidar	4.578,76	4.578,75
Outras contas a pagar	826,38	231,56
Total do passivo	5.405,14	4.810,32
Total líquido	(1.405,03)	(810,32)

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

[Handwritten signatures and initials]

6.2 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "Caixa" e "Depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Caixa	100,00	100,00
Depósitos à ordem	14.153,85	331.171,86
Total	14.253,85	331.271,86

7 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

7.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	1,00	1.816,00	1,00	1.848,00
Pessoas remuneradas	1,00	1.816,00	1,00	1.848,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	1,00	1.816,00	1,00	1.848,00
Pessoas a tempo completo	1,00	1.816,00	1,00	1.848,00
(das quais pessoas remuneradas)	1,00	1.816,00	1,00	1.848,00
Pessoas a tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	1,00	1.816,00	1,00	1.848,00
Masculino				
Feminino	1,00	1.816,00	1,00	1.848,00
Pessoas ao serviço da empresa afectas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

7.2 - Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2019	2018
Remunerações do pessoal	27.631,60	27.609,40
Encargos sobre remunerações do pessoal	6.151,30	6.151,31
Outros gastos	1.320,04	1.275,96
Total	35.102,94	35.036,67

A rubrica "Outros gastos" inclui gastos com seguro de saúde, seguro de acidentes de trabalho, serviço de higiene, segurança e saúde no trabalho e formação.

8 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

[Handwritten signatures and initials]

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS EMPRESAS DO SECTOR ELÉCTRICO – ELECPOR
ANEXO DO ANO DE 2019

8.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Activos		
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	0,00
Total do activo	0,00	0,00
Passivos:		
Imposto sobre o rendimento - TA	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	2.844,25	2.783,50
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	642,88	642,93
Total do passivo	3.487,13	3.426,43
Total líquido	(3.487,13)	(3.426,43)

A ELECPOR tem a sua situação tributária regularizada, tendo cumprido com as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

A Entidade tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

8.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Activos		
Renda do escritório	2.023,00	2.000,00
Seguro de acidentes de trabalho	240,69	230,96
Seguro de saúde	77,25	75,31
Telecomunicações e eletricidade	35,85	34,01
Serviços de HSST e medicina no trabalho	153,00	0,00
Total do activo	2.529,79	2.340,28
Passivos		
Quotizações	0,00	320.000,00
Total do passivo	0,00	320.000,00

8.3 Outros gastos e perdas

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS EMPRESAS DO SECTOR ELÉCTRICO – ELECPOR
ANEXO DO ANO DE 2019

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Outros gastos e perdas" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Imposto do selo	7,15	3,50
Quotizações	116.877,25	116.076,48
Correcções exercícios anteriores	0,00	0,00
Total	116.884,40	116.079,98

8.4 Fluxos de Caixa

Análise da variação de "Caixa" e em "Depósitos bancários"

Descrição	2019	2018
Caixa e depósitos bancários		
Caixa Saldo Inicial	100,00	100,00
Caixa Saldo Final	100,00	100,00
Variação de Caixa	0,00	0,00
Depósitos bancários Saldo Inicial	331.171,86	38.560,57
Depósitos bancários Saldo Final	14.153,85	331.171,86
Variação de Depósitos bancários	(317.018,01)	292.611,29
Total	(317.018,01)	292.611,29

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo que nos dá a informação acerca dos componentes dos principais recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da ELECPOR.

8.5 Fundos patrimoniais

Os Fundos próprios da Associação ascendem a 16.742,00€. O resultado líquido do período foi de 984,30€.

Todas as informações consideradas relevantes encontram-se nas notas anteriores, bem como no Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras que fazem parte integrante da prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Fundos patrimoniais" apresentava a seguinte decomposição:

RUBRICAS	2019	2018
Fundos		
Resultados transitados	15.757,70	30.668,16
Resultado líquido do período	984,30	(14.910,46)
Total	16.742,00	15.757,70

8.6 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Administração/Gerência

Contabilista Certificado n.º 16516

[Handwritten signatures and initials]

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS EMPRESAS DO SECTOR ELÉCTRICO – ELECPOR
ANEXO DO ANO DE 2019

A rubrica de "Fornecedores e serviços externos" nos exercícios findos em 2019 e em 2018 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2019	2018
Serviços especializados	125.203,79	121.217,62
Trabalhos especializados	33.751,52	29.085,17
Vigilância e segurança	575,92	1.194,90
Honorários	90.054,30	90.585,60
Conservação e reparação	639,25	264,45
Serviços bancários	182,80	87,50
Materiais	1.096,25	2.876,90
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	307,14
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	1.096,25	2.569,76
Energia e Fluidos	1.039,55	882,07
Electricidade	1.039,55	882,07
Deslocações, estadas e transportes	7.176,89	6.375,91
Deslocações e estadas	7.176,89	6.375,91
Serviços diversos	30.980,25	31.164,91
Rendas e alugueres	26.284,00	25.823,96
Comunicação	1.979,71	1.949,16
Contencioso e notariado	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	2.455,64	1.634,89
Outros serviços	260,90	1.756,90
Total	165.496,73	162.517,41

8.7 Acontecimentos após a data do balanço

Eventos subsequentes

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho Directivo.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 11 de Março de 2024

Administração/Gerência

Ana Paes de Sousa
António Pereira Lopes
Xoan

Contabilista Certificado n.º 16516

Elisabete Sale Ribeiro Ferreira
Hermes Soares



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal da “Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, ELECPOB” apresentar o relatório da sua acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pelo Conselho Directivo, relativos ao exercício de 2019.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da Associação, com o detalhe considerado conveniente, nomeadamente através da apreciação das Actas das reuniões do Conselho Directivo. O Conselho Fiscal verificou a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e averiguou a observância do cumprimento das disposições legais, estatutárias e regulamentares.

Da análise dos documentos elaborados pelo Conselho Directivo, que incluem o Relatório de Actividades, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o Conselho Fiscal concluiu que os mesmos permitem uma adequada compreensão da situação económica e financeira da Associação em 31 de Dezembro de 2019. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos merecem, igualmente, a concordância do Conselho Fiscal.

Nestes termos o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- 1- O Relatório e Contas relativos ao exercício de 2019 apresentados pelo Conselho Directivo;
- 2- A proposta de aplicação de resultados constante do referido relatório.

Lisboa, 11 de Março de 2024

O Conselho Fiscal



Assinado por: **CÍNTIA FERNANDA RIBEIRO BENTO DE MELO**
Num. de Identificação: 07092675
Data: 2024.10.18 10:05:37+01'00'



Assinado por: **BEATRIZ RODRIGUES JARDIM**
Num. de Identificação: 09351447
Data: 2024.05.21 10:43:06+01'00'